



Ministério da Educação

Nota Técnica nº 148/2024/DPDI/SEB/SEB

PROCESSO Nº 23000.012319/2024-69**INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA****ASSUNTO**

Fundamentação acerca da metodologia de análise da meta física prevista na Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023, que estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral.

1. REFERÊNCIAS

- 1.1. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.
- 1.2. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.
- 1.3. Portaria nº 1.495, de 02 de agosto de 2023. Dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências.
- 1.4. Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023. Estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral.
- 1.5. Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023. Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

- 2.1. Trata-se de apresentação de fundamentos acerca da metodologia de análise da meta física prevista na Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023, a qual estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral.

3. ANÁLISE

- 3.1. O Ministério da Educação (MEC), em seu papel de induzir e articular políticas educacionais, lançou o Programa Escola em Tempo Integral em 2023. Instituído pela Lei nº 14.640, o Programa consiste em uma das políticas educacionais prioritárias do Governo Federal e tem como objetivo fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral. Por meio de apoio financeiro e técnico, conjuga esforços para o alcance da Meta 6 do Plano Nacional de Educação - PNE - 2014-2024, a qual estabelece que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas ofereçam educação em tempo integral, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da Educação Básica. O PNE considera que a jornada ampliada é aquela em que o estudante permanece na escola por, no mínimo, 7 horas diárias ou 35 horas semanais. O Programa tem como meta alcançar, até o ano de 2026, um montante de 3,2 milhões de matrículas de tempo integral em toda a educação básica e com investimento na ordem R\$ 12 bilhões do Governo Federal para tanto.

3.2. Conforme o art. 2º da Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, o Programa compreenderá estratégias de assistência técnica e financeira para induzir a criação de matrículas na educação básica em tempo integral em todas as redes e sistemas de ensino, na forma desta Lei.

3.3. A assistência técnica prevista no Programa foi estabelecida no Capítulo IV da Portaria 2.036, de 23 de novembro de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I - eficiência e equidade na alocação das matrículas de tempo integral - AMPLIAR;
- II - reorientação curricular e desenvolvimento profissional de educadores - FORMAR;
- III - materiais de apoio e inovação pedagógica - FOMENTAR;
- IV - qualificação da infraestrutura educacional - ESTRUTURAR;
- V - fortalecimento de arranjos intersetoriais - ENTRELAÇAR; e
- VI - avaliação quantitativa, qualitativa e participativa - ACOMPANHAR.

3.4. A Portaria 1.495, de 02 de agosto de 2023, dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências.

3.5. No art. 5º desta Portaria, o fomento à criação das matrículas em tempo integral é disposto nas seguintes etapas:

- I - adesão pelo ente federativo ao Programa Escola em Tempo Integral;
 - II - pactuação de metas entre a União e os entes federativos para a ampliação da oferta de matrículas em tempo integral, dentro do limite estabelecido nas pré-metas;
 - III - transferência, pela União, da primeira parcela, correspondente a 50% dos recursos referentes às matrículas pactuadas;
 - IV - declaração do ente federativo de criação da matrícula em sistema do MEC;
 - V - transferência, pela União, da segunda parcela dos recursos correspondente às matrículas pactuadas, criadas e declaradas na etapa IV; e
 - VI - registro, pelo ente federativo, das matrículas criadas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, subsequente à sua criação.
- § 1º As etapas I, II e IV ocorrerão em sistema do MEC, e a etapa VI ocorrerá na forma e no prazo previsto pelo Censo Escolar.
- § 2º A etapa de pactuação de metas de que trata o inciso II poderá ser desdobrada em mais de uma rodada, caso o quantitativo de matrículas disponibilizadas pelo MEC nas pré-metas não seja atingido em sua totalidade, hipótese em que será realizada nova distribuição entre os entes federativos que manifestarem interesse.
- § 3º O cálculo da segunda parcela dos recursos referida no inciso IV do caput levará em consideração a quantidade de matrículas pactuadas, efetivamente criadas e declaradas pelo ente federativo no sistema do MEC, podendo ser menor que o valor da primeira parcela, na hipótese de declaração de matrículas em número inferior ao pactuado pelo ente.
- § 4º Na hipótese das informações registradas no Censo Escolar subsequente à criação da matrícula divergirem das matrículas declaradas na etapa IV desse artigo, o ente ficará sujeito à devolução dos recursos correspondentes.

3.6. Conforme definido neste art. 5º, a adesão ao Programa é realizada por meio do Módulo ETI (Programa Escola em Tempo Integral) do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC) com o preenchimento, pelo ente subnacional, de um termo de adesão. Em seguida, durante a fase de pactuação, os entes federados indicam o quantitativo de matrículas em tempo integral que pretendem criar frente à pré-meta de matrículas oferecida pelo Ministério da Educação (MEC). Assim, como próxima etapa, o MEC transfere aos entes federados a primeira parcela dos recursos do fomento para a criação das matrículas – montante este que corresponde a 50% do que foi pactuado.

3.7. Após a transferência da primeira parcela, tem início a fase de declaração em que os entes informam, também no SIMEC, a quantidade de matrículas efetivamente criadas na rede de ensino. Então, o MEC realiza o cálculo da segunda parcela dos recursos levando em consideração as matrículas efetivamente declaradas (portanto, criadas) – podendo ser menor que o valor da primeira

parcela, na hipótese de declaração de matrículas em número inferior ao pactuado pelo ente na fase anterior. Cabe reforçar que o fomento consiste em transferência voluntária da União para o período de criação da matrícula e que a mesma será mantida com recursos do FUNDEB.

3.8. No tocante ao processo de transferência e execução dos recursos, prestação de contas e análise de cumprimento do objeto e da execução financeira, o Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE publicou a Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023, a qual estabeleceu os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral.

3.9. Cabe destacar as seguintes responsabilidades dos agentes envolvidos, conforme disposto no art. 3º da referida Resolução:

Art. 3º Compete ao MEC por meio da SEB/MEC:

- I - apresentar oferta de pré-metas para pactuação de matrículas a serem criadas na educação básica em tempo integral;
- II - autorizar o FNDE a realizar as transferências de recursos, informando, por ofício, os EEx destinatários, o valor a ser repassado a cada um deles, o número de matrículas correspondentes e outros dados necessários à execução orçamentária e financeira do Programa, conforme o art. 5º da Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023;
- III - redistribuir as matrículas não pactuadas na primeira oferta com os EEx que manifestem interesse em ampliar suas matrículas em tempo integral, conforme o art. 5º, § 2º, da Lei nº 14.640, de 2023; grama, nos termos do art. 13 da Lei nº 14.640, de 2023;
- V - promover o monitoramento e a avaliação do Programa Escola em Tempo Integral, conforme disposto no art. 10 da Lei nº 14.640, de 2023;
- VI - emitir parecer técnico quanto ao cumprimento do objeto, tendo como referência a comprovação, por meio do Censo Escolar, do cumprimento das metas pactuadas de criação de novas matrículas na educação básica em tempo integral e a declaração do ente federativo quanto à norma exarada por seu Conselho de Educação aprovando sua Política de Educação em Tempo Integral, nos termos do art. 6º da Portaria MEC nº 1.495, de 2 de agosto de 2023;
- VII - enviar, ao FNDE, os dados necessários à gestão orçamentária e financeira do Programa, nos termos da Portaria FNDE nº 642, de 3 de novembro de 2022, e de suas alterações; e
- VIII - dar publicidade aos valores a serem transferidos a cada EEx por meio do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - Simec.

Art. 4º Compete ao FNDE:

- I - proceder à abertura de conta corrente específica para cada EEx, no Banco do Brasil S/A, na qual serão creditados e movimentados os recursos financeiros destinados à implementação do Programa Escola em Tempo Integral;
- II - transferir aos EEx os recursos financeiros para a execução do Programa Escola em Tempo Integral;
- III - divulgar informações sobre a transferência dos recursos no endereço eletrônico www.fnde.gov.br;
- IV - prestar assistência técnica ao EEx quanto à correta utilização dos recursos transferidos e quanto ao registro da execução financeira no módulo de prestação de contas do sistema BB Gestão Ágil, do Banco do Brasil S/A;
- V - acompanhar a execução dos recursos financeiros do Programa, por meio do módulo de prestação de contas do sistema BB Gestão Ágil; e
- VI - emitir parecer conclusivo sobre a execução do Programa, tomando por base as informações financeiras e o parecer técnico emitido pela SEB/MEC.

Art. 5º Compete aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios:

- I - realizar de modo voluntário a adesão ao Programa Escola em Tempo Integral no Simec;
- II - cumprir as determinações da Lei nº 14.640, de 2023, da Portaria MEC nº 1.495, de 2023, e desta Resolução;
- III - pactuar metas para a criação de matrículas na educação básica em tempo integral, conforme orientado no art. 5º da Lei nº 14.640, de 2023;

IV - comprovar a aprovação, junto ao Conselho de Educação, de sua Política de Educação em Tempo Integral, nos termos do art. 6º da Portaria MEC nº 1.495, de 2023, no decorrer da fase de pactuação ou até a fase de declaração de matrículas; as já existentes na jornada parcial ou criar as matrículas pactuadas na educação básica em tempo integral, considerando o âmbito de atuação prioritária da rede de ensino;

VI - declarar, no Simec, as matrículas convertidas ou criadas na educação em tempo integral, conforme o art. 5º, inciso II, da Lei nº 14.640, de 2023;

VII - registrar, no Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, as matrículas convertidas ou criadas;

VIII - manifestar eventual interesse na ampliação de matrículas em tempo integral, além do limite definido na primeira oferta, conforme o art. 5º, §2º, da Lei nº 14.640, de 2023;

IX - executar os recursos financeiros na manutenção das matrículas na educação básica em tempo integral pactuadas, aplicando-os exclusivamente em despesas para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, observado o disposto no art. 6º da Lei nº 14.640, de 2023; e

X - registrar os dados da execução financeira no módulo de prestação de contas do sistema BB Gestão Ágil.

3.10. Como constatado, o art. 3º da Resolução delega à SEB/MEC, no inciso VI, a competência sobre emissão de parecer técnico quanto ao cumprimento do objeto, tendo como referência a comprovação, por meio do Censo Escolar, do cumprimento das metas pactuadas de criação de novas matrículas na educação básica em tempo integral e a declaração do ente federativo quanto à norma exarada por seu Conselho de Educação aprovando sua Política de Educação em Tempo Integral, nos termos do art. 6º da Portaria MEC nº 1.495, de 2 de agosto de 2023.

3.11. Diante destas normas, esta Coordenação-Geral de Educação Integral e Tempo Integral apresenta, nesta Nota Técnica, o detalhamento da metodologia de análise da meta física.

3.12. A princípio, cumpre esclarecer que o cumprimento da meta física observará duas dimensões. A primeira dimensão diz respeito à conferência de matrículas em tempo integral declaradas no SIMEC pelo ente subnacional frente ao incremento de matrículas no Censo Escolar do ano subsequente. A segunda dimensão diz respeito à conferência de documentação comprobatória sobre a apresentação, pelo ente subnacional, de sua Política de Educação em Tempo Integral concebida para ofertar a jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral, e da apreciação da Política junto ao seu respectivo Conselho de Educação.

3.13. Em relação à dimensão de cumprimento da criação de matrículas em tempo integral declaradas, é preciso observar o que os atos normativos do Programa já estabeleceram.

3.14. O art. 3º da Lei 14.640, de 31 de julho de 2023, autoriza a União a transferir os recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para fomentar a criação de matrículas na educação básica, conforme disponibilidade orçamentária. O texto da Lei prossegue como relatado a seguir:

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, consideram-se matrículas em tempo integral aquelas em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou a 35 (trinta e cinco) horas semanais, em 2 (dois) turnos, desde que não haja sobreposição entre os turnos, durante todo o período letivo.

§ 2º Consideram-se novas matrículas aquelas criadas ou aquelas convertidas de jornada parcial para jornada integral a partir de janeiro de 2023.

§ 3º A criação de matrículas na educação básica em tempo integral:

I - considerará o disposto nos [§§ 3º e 4º do art. 7º da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020](#);

II - ocorrerá obrigatoriamente em escolas com propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e concebidas para oferta em jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral; e

III - priorizará as escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

3.15. Cumpre registrar que o inciso I, § 3º, art. 3º da Lei 14.640, referente ao Programa, se ampara na Lei que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Logo, no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, a criação de matrículas de tempo integral está assegurada tal como o disposto na Lei do Fundeb, a saber:

§ 3º Admitir-se-á, para efeito da distribuição dos recursos previstos no [caput do art. 212-A da Constituição Federal](#):

I - em relação às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, o cômputo das matrículas:

- a) na educação infantil oferecida em creches para crianças de até 3 (três) anos;
- b) na educação do campo oferecida em instituições reconhecidas como centros familiares de formação por alternância, observado o disposto em regulamento;
- c) nas pré-escolas, até a universalização desta etapa de ensino, que atendam às crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, observadas as condições previstas nos incisos I, II, III, IV e V do § 4º deste artigo, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado;
- d) na educação especial, oferecida, nos termos do [§ 3º do art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), pelas instituições com atuação exclusiva nessa modalidade para atendimento educacional especializado no contraturno para estudantes matriculados na rede pública de educação básica e inclusive para atendimento integral a estudantes com deficiência constatada em avaliação biopsicossocial, periodicamente realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, nos termos da [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#), com vistas, sempre que possível, à inclusão do estudante na rede regular de ensino e à garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;

II - em relação a instituições públicas de ensino, autarquias e fundações públicas da administração indireta e demais instituições de educação profissional técnica de nível médio dos serviços sociais autônomos que integram o sistema federal de ensino, conveniadas ou em parceria com a administração estadual direta, o cômputo das matrículas referentes à educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no [art. 36-C da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), e das matrículas relativas ao itinerário de formação técnica e profissional, previsto no [inciso V do caput do art. 36 da referida Lei](#). ([Redação dada pela Lei nº 14.276, de 2021](#))

3.16. O art. 5º da Lei 14.640, de 31 de julho de 2023, dispõe:

§ 3º A matrícula pactuada e declarada no sistema do Ministério da Educação deverá ser registrada no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) subsequentemente à criação, sob pena de devolução dos recursos já recebidos.

§ 5º É vedada a inclusão de matrículas já computadas como de tempo integral no âmbito do Fundeb.

§ 6º Não serão consideradas as matrículas computadas no âmbito dos programas de que tratam a [Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011](#), a [Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012](#), e a [Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017](#).

3.17. O art. 5º da Portaria 1.495, de 02 de agosto de 2023, indica:

(...)

§ 3º O cálculo da segunda parcela dos recursos referida no inciso IV do caput levará em consideração a quantidade de matrículas pactuadas, efetivamente criadas e declaradas pelo ente federativo no sistema do MEC, podendo ser menor que o valor da primeira parcela, na hipótese de declaração de matrículas em número inferior ao pactuado pelo ente.

§ 4º Na hipótese das informações registradas no Censo Escolar subsequente à criação da matrícula divergirem das matrículas declaradas na etapa IV desse artigo, o ente ficará sujeito à devolução dos recursos correspondentes.

3.18. O art. 27 da Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023, indica:

Art. 27. A análise sobre a execução física, realizada pela SEB/MEC, levará em consideração a comprovação, por meio do Censo Escolar, do cumprimento das metas pactuadas de criação de novas matrículas na educação básica em tempo integral.

§ 1º Essa análise será realizada por meio do confronto entre as metas inseridas pelos EEx no momento da pactuação e as matrículas cadastradas no Censo Escolar subsequente, e será registrada em parecer técnico.

§ 2º O não cumprimento integral da meta ensejará, após a confirmação no parecer conclusivo sobre a execução do Programa, a obrigação de devolução de recursos na proporção da parcela da meta não atingida ou de devolução total dos valores repassados

3.19. Diante do exposto, esclarece-se que a SEB/MEC adotará metodologia de cálculo que confrontará as matrículas declaradas no SIMEC, na etapa de declaração, e o incremento de matrículas de tempo integral no Censo Escolar do ano subsequente.

3.20. A matrícula declarada deve ser registrada na aba Declaração, no Módulo ETI (Programa Escola em Tempo Integral) do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), sempre considerando os prazos determinados em Portaria.

3.21. Reitera-se a informação de que o cálculo do incremento no Censo Escolar do ano subsequente ao da declaração das matrículas excluirá as matrículas financiadas nas esferas das Leis nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (EMTI), e das nº 12.499, de 29 de setembro de 2011, e 12.722, de 03 de outubro de 2012 (EI Manutenção).

3.22. Esclarece-se que as matrículas de ensino fundamental em tempo integral, criadas nas mesmas escolas fomentadas pelo referido Programa, poderão ser admitidas para serem contabilizadas como matrículas fomentadas pelo Programa Escola em Tempo Integral, haja vista que a matrícula de ensino fundamental, ainda que existente na mesma escola, não configura objeto de fomento da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

3.23. O registro no Censo Escolar das matrículas de tempo integral declaradas no SIMEC deverá ocorrer nos prazos determinados no âmbito do Censo Escolar fornecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

3.24. Por se tratar de dúvida recorrente encaminhada à COGEITI, salienta-se ainda que o cálculo (quanto ao número de matrículas criadas no escopo do Programa) será desenvolvido no sentido de se aferir o **incremento** de matrículas em tempo integral entre um ano e outro do Censo Escolar. Por oportuno, esclarece-se que, para a declaração do Censo Escolar no Sistema Educacenso, são consideradas as informações prestadas conforme a realidade da escola **na data de referência – última quarta-feira do mês de maio, que em 2024 será no dia 29/05/2024**. Também é importante saber que para a pesquisa Censo Escolar, matrícula é o vínculo do aluno em uma turma. Assim, salienta-se que o incremento de matrículas em tempo integral registradas no Censo Escolar, para cada ano, deverá coincidir com (ou ser maior do que) o quantitativo de matrículas informadas no SIMEC na fase de Declaração.

3.25. Os dados necessários ao cômputo serão fornecidos à SEB/MEC conforme as competências relacionadas à produção destas informações, sendo os dados do Censo Escolar fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os dados do EMTI fornecidos pela Coordenação-Geral de Ensino Médio (COGEM/DPDI/SEB/MEC) e os do EI Manutenção, pela Coordenação-Geral de Educação Infantil (COGEI/DPDI/SEB/MEC).

3.26. Neste sentido, a metodologia de cálculo em relação às matrículas declaradas no SIMEC será realizada conforme exemplo a seguir:

Exemplo: matrículas declaradas no SIMEC para o ano de 2024:

Considera-se:

N1 = Número de matrículas em tempo integral constantes do Censo Escolar 2025 (excluído o quantitativo de matrículas financiadas pelo EI Manutenção ou pelo EMTI)

N2 = Número de matrículas em tempo integral constantes do Censo Escolar 2024 (excluído o quantitativo de matrículas financiadas pelo EI Manutenção ou pelo EMTI)

IM = Incremento de Matrículas em 2024

DS = Quantitativo de matrículas Declaradas na aba Declaração do SIMEC para o ano 2024

O cálculo será:

$$N1 - N2 = IM$$

Resultados possíveis:

Se IM = ou > DS, o ente cumpriu com a criação de matrículas em tempo integral fomentadas pelo Programa

Se IM < DS, o ente descumpriu com a criação de matrículas em tempo integral fomentadas pelo Programa

3.27. Portanto, a metodologia de cálculo verificará o incremento de matrículas (IM) de um ano para o outro no Censo Escolar, que deverá ser igual ou maior ao quantitativo informado pelo ente federativo na aba Declaração do SIMEC (DS). Caso este confronto entre os dois valores (IM e DS) indique que IM é igual a DS, o ente terá cumprido com a criação de matrículas em tempo integral fomentadas pelo Programa. Caso IM seja menor que DS, o ente terá descumprido com a criação de matrículas em tempo integral fomentadas pelo Programa e, portanto, incorrerá na obrigação de devolver o valor parcial ou total dos recursos repassados no escopo do Programa.

3.28. A segunda dimensão se refere à institucionalização da Política de Educação Integral em Tempo Integral e da norma de apreciação pelo Conselho de Educação.

3.29. Salienta-se que a construção de uma Política de Educação em Tempo Integral, na perspectiva da educação integral, foi definida pelo Programa Escola em Tempo Integral no art. 6º da Portaria nº 1.495/2023 a seguir transcrito. A elaboração de uma Política se constitui como importante estratégia para que os entes federativos solidifiquem ações de modo coeso e em sintonia com seus contextos específicos, garantindo a contribuição desta agenda para a melhoria da qualidade e da equidade na educação do país.

Art. 6º No ato de pactuação das matrículas, os entes federativos comprometem-se a comprovar a aprovação de sua Política de Educação em Tempo Integral, concebida para ofertar a jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral, alinhada à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, junto ao seu respectivo Conselho de Educação.

§ 1º A comprovação a que se refere o caput será feita mediante submissão da norma exarada pelo Conselho de Educação em plataforma digital específica, disponibilizada pelo MEC.

§ 2º Na fase de pactuação, os entes federativos que não dispuserem de Política de Educação em Tempo Integral em vigor, na forma do caput, deverão elaborar e aprovar a respectiva Política até a fase de declaração de que trata o inciso IV do art. 5º desta Portaria.

§ 3º Os entes federativos poderão alterar a distribuição de matrículas informada na pactuação durante a fase de declaração das matrículas, desde que o façam justificadamente, com base na Política elaborada e aprovada e respeitando o quantitativo máximo de matrículas pactuadas.

3.30. Para a verificação quanto a esta dimensão cabe primeiramente esclarecer que o ente subnacional é o responsável pela apresentação da Política, na aba Política, no Módulo ETI no SIMEC. O ente realizará um upload do documento comprobatório da institucionalização da Política conforme cronograma definido pela SEB/MEC.

3.31. Na mesma aba, o ente subnacional deverá anexar a norma exarada pelo Conselho de Educação com apreciação sobre a Política.

3.32. Em relação ao cumprimento do prazo de apresentação da Política e da norma do Conselho de Educação, serão utilizadas informações relativas à data na qual os entes anexaram os arquivos no SIMEC.

3.33. Os entes devem observar a data-limite para a entrega dos arquivos no SIMEC, conforme cronograma estabelecido SEB/MEC.

- 3.34. Na impossibilidade de o ente subnacional não apresentar a norma exarada pelo Conselho de Educação no prazo estabelecido, a análise da meta física também implicará em resultado com ressalvas. Contudo, o resultado com ressalvas não ensejará obrigação de devolução de recursos recebidos no escopo do Programa Escola em Tempo Integral.
- 3.35. Cumpre esclarecer que na impossibilidade de o Conselho de Educação apreciar e exarar a norma no prazo estabelecido, o ente subnacional poderá apresentar protocolo de submissão ao Conselho, sem que a análise da meta física apresente resultado com ressalvas.
- 3.36. Para a verificação quanto à autenticidade dos referidos documentos – Política de Educação Integral em Tempo Integral e norma do Conselho, será realizada a conferência manual, via SIMEC, pela equipe da COGEITI/DPDI/SEB/MEC, com o intuito de verificação de veracidade do documento apresentado.
- 3.37. Deve-se salientar, todavia, que não constitui objeto da análise do cumprimento da meta física o exame de mérito do conteúdo da Política e da norma.
- 3.38. A elaboração do relatório de cumprimento da meta física ocorrerá em período posterior ao fim do prazo de execução financeira do Programa.
- 3.39. Segundo o art. 11 da Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023, o ente subnacional terá o período de 24 (vinte e quatro) meses para execução dos recursos financeiros a contar da data final da fase de pactuação, conforme cronograma estabelecido por portaria específica da SEB/MEC.
- 3.40. Elucida-se que, a fase de pactuação, conforme o art. 5º da Portaria 1.495, de 02 de agosto de 2023, poderá ser desdobrada em mais rodadas, implicando em redistribuição de matrículas. Neste caso, a data final da fase de pactuação considerará a data final da fase de redistribuição para a contagem do período de execução financeira.
- 3.41. A SEB/MEC emitirá parecer técnico sobre a execução física.
- 3.42. O parecer conclusivo considerará o parecer técnico da SEB/MEC sobre a execução física e os dados da comprovação das despesas constantes do sistema BB Gestão Ágil encaminhados ao FNDE pelo Banco do Brasil S/A.

4. CONCLUSÃO

4.1. Ante o exposto, encaminha-se esta Nota Técnica sobre a Fundamentação acerca da metodologia de análise da meta física prevista na Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023, a qual estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral.

À consideração superior.

ALINE ZERO SOARES
Coordenadora de Projetos

RAQUEL FRANZIM
Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral

De acordo. Encaminhe-se.

ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS
Secretário de Educação Básica substituto



Documento assinado eletronicamente por **Aline Zero Soares, Coordenador(a)**, em 29/04/2024, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Franzim, Coordenador(a)-Geral**, em 29/04/2024, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro do Nascimento Santos, Secretário(a), Substituto(a)**, em 30/04/2024, às 06:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4849297** e o código CRC **4EF0F7E2**.